



PCCR

Puty admite: não tem condições de cumprir a promessa feita na CFT

O presidente da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados, deputado Cláudio Puty (PT/PA), recebeu, no dia 20 de setembro, os coordenadores do Sindjus para discutir a tramitação do PL 6613/09, que está há mais de um ano parado na comissão.

Diante da cobrança conjunta de colocar o projeto na pauta, feita pelos diretores Berilo, Sheila, Jailton, Cleo e José Oliveira, Puty foi enfático ao dizer aos diretores que ainda não cumpriu a promessa feita em 6 de julho (votar o PL na primeira quinzena de setembro) porque não quer fazer isso sozinho, uma vez que o desgaste é muito grande.

Ou seja: Puty precisa do apoio dos demais deputados da base governista para bancar a inclusão do PL na pauta. Ontem (21), durante mobilização feita na Câmara, os diretores conversaram com alguns deputados, entre eles Rui Costa, um dos que têm colocado grande empecilho à votação do projeto.

Foi ele quem pediu obstrução na última reunião da CFT (no dia 14/9), impedindo que se alcançasse o quorum necessário à aprovação do requerimento que pediu a inclusão do nosso projeto na pauta, assinado por onze deputados. Pelo visto, uma semana depois o deputado continua irredutível em seu discurso de que o PL 6613 não pode entrar em votação antes de seu impacto financeiro constar no Anexo V da LOA 2012.

Rui Costa ainda foi mais longe, ao dizer que o PT continuará obstruído em relação aos requerimentos de inclusão de pauta relacionados a essa matéria: "Não



Diretores do Sindjus se reúnem com o presidente da CFT: falta apoio da base governista

deixarei Policarpo, que é suplente nesta comissão, votar. Para isso convocarei os oito titulares petistas para a comissão", disse. Ele se refere aos seguintes titulares: André Vargas (PT/PR), Assis Carvalho (PT/PI), Cláudio Puty (PT/PA), José Guimarães (PT/CE), Pedro Eugênio (PT/PE), Pepe Vargas (PT/RS), Rui Costa (PT/BA) e Valmir Assunção (PT/BA).

Do outro lado, o deputado Assis Carvalho (PI) disse estar ao lado de Policarpo na grande batalha que ele tem travado para garantir a aprovação do relatório do PL 6613.

É fundamental lembrar que tínhamos maioria na reunião do dia 14, que foi encerrada por falta de quorum (é necessária a presença de 17 deputados). Onze

deputados assinaram o requerimento de inclusão de pauta apresentado pelo deputado Pauderney Avelino.

Precisamos trabalhar para evitar que o Partido dos Trabalhadores repita o que aconteceu na reunião passada, entrando em obstrução ou até mesmo, conforme ocorreu hoje, cancelando a reunião do próximo dia 21.

Para ter êxito nessas tarefas, precisamos tanto buscar quanto reforçar o apoio dos representantes dos outros partidos da base aliada e também da oposição, para conseguir quorum independentemente do PT. Também vamos pressionar os deputados petistas no intuito de que eles se rebelem contra as determinações do deputado Rui Costa.



QUARTA, DIA 28

Pressão total na Câmara

Na próxima quarta-feira (28), precisamos assumir o compromisso de participar da reunião da Comissão de Finanças e Tributação. Vamos lotar o Plenário e pressionar os deputados com um só objetivo: colocar em votação o PL 6613/2009.

No último dia 16, o relator do nosso projeto, deputado Policarpo, apresentou um parecer reformulado à comissão, em harmonia com os últimos acontecimentos e com o que

vem defendendo o STF. Desse modo, o relatório está atualizado e, mais do que nunca, em plenas condições de ser aprovado.

No intuito de assegurar a votação, Policarpo apresentou uma emenda de adequação condicionando os efeitos financeiros decorrentes desta lei à aprovação de autorização no anexo específico da lei orçamentária anual com a respectiva dotação suficiente.

Envie carta aos deputados do PT na CFT

Para ajudar o presidente da Comissão de Finanças, deputado Cláudio Puty, a convencer os seus colegas de partido (PT) a colocar o projeto na pauta do dia 28, preparamos uma carta a ser mandada para todos os oito deputados petistas titulares da CFT. Acesse nosso site para enviar a carta (www.sindjusdf.org.br).

O documento tem o objetivo de lembrar os deputados petistas que eles devem seguir as bandeiras históricas do PT, entre elas a da defesa dos trabalhadores. Vamos enviar o maior número de cartas possível, pedindo para que os parlamentares do PT procurem o deputado Puty e manifestem ao seu poio à inclusão do PL 6613 na pauta da comissão.



Fux: ministro é o relator do Mandado de Segurança impetrado pelo Sindjus

Luiz Fux estabelece dez dias para Dilma se pronunciar

O relator do Mandado de Segurança impetrado pelo Sindjus no STF, ministro Luiz Fux, decidiu, no dia 16 de setembro, pelo direito do contraditório, dando dez dias para a presidenta Dilma Rousseff apresentar sua defesa. Veja a decisão em nosso site (www.sindjusdf.org.br).

Essa decisão reforça o ofício encaminhado pelo presidente Cezar Peluso à presidenta cobrando uma posição quanto à inclusão do reajuste dos magistrados e servidores no PLOA, uma

vez que na mensagem nº 62, enviada por Peluso à Dilma, no dia 15 de setembro não há prazo para a presidenta se pronunciar.

Segundo o advogado Renato Borges, do escritório Ibaneis Rocha, que representa o Sindjus, a decisão de Fux ainda não foi publicada no Diário Oficial, porém já está na Seção de Comunicação. Posteriormente, será encaminhada para a Seção de Baixa e Expedição, responsável por oficiar as autoridades.